



Por uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique: *proactiva, valorizadora, inclusiva e dignificante*

António Francisco e Gustavo Sugahara

Conference Paper nº 46

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”

(4 & 5 de Setembro de 2012)

Por uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique:

Proactiva, Valorizadora, Inclusiva e Dignificante

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“Moçambique: Acumulação e Transformação
num Contexto de Crise Internacional”

António Francisco(*) & Gustavo Sugahara(§)
Maputo, 4-5 de Setembro 2012

(*) Coordenador do Grupo de Investigação (GdI) “Pobreza e Protecção Social” (PPS) do IESE; antonio.francisco@iese.ac.mz.

(§) Colaborador Associado do IESE e Membro Associado do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, Lisboa; gustavo.toshiaki@gmail.com

Índice

Índice (2)

Resumo (3-4)

PARTE I: Contexto Histórico e Estratégico: o que está em jogo? (5-14)

PARTE II: Protecção Social: Abordagem Assistencialista versus Estruturante (15-26)

PARTE III: Por uma Pensão Universal para os Idosos Moçambicanos (27-40)

PARTE IV: Discussão - Implicações e Considerações Prospectivas (41-50)

Referências (51-52)

Resumo

O título inicial, anunciado no Programa, era: “[Que sistema de Pensão para Idosos em Moçambique?](#)”. O novo título, na apresentação oral feita na Conferência do IESE, a 5 de Setembro focalizou-se no conteúdo e substância da alternativa aqui proposta. Uma alternativa inspirada nos resultados da análise e pesquisa realizada pelo Grupo de Investigação (GdI) “Pobreza e Protecção Social” do IESE, que se distingue dos modelos actuais caracterizados pela: 1) **Parcialidade e discriminação**, a coberto do gradualismo (e.g. Segurança Social Básica) e das contribuições (e.g. Segurança Social Obrigatória e Complementar); 2) **Racionalidade consumista e caritativa**, em vez de uma racionalidade demográfica e económica; 3) **Fundo operacional em risco constante** de usurpação e desvios alheios e contra os objectivos dos legítimos beneficiários.

Esta apresentação baseia-se num artigo que será tornado público, dentro em breve. A apresentação está organizada em quatro partes.

PARTE I - Responde a algumas questões relevantes, simples e imediatas: É possível uma pensão universal para idosos em Moçambique? Como é que o tema desta apresentação se enquadra na temática da III Conferência do IESE (“Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional”)? Porque Moçambique ainda não tem uma pensão universal e, em particular, diverge significativamente dos países vizinhos mais desenvolvidos? Esta última interrogação é respondida com referência a razões tanto históricas como estratégicas.

Resumo

PARTE II – A 2ª parte equaciona o conteúdo e âmbito da protecção social. Assumindo-se como uma perspectiva estruturante, a abordagem defendida nesta proposta confronta-se e caracteriza a abordagem dominante em Moçambique, designada por assistencialista. Uma vez explicitada a diferença entre a abordagem assistencialista e a abordagem estruturante, de forma resumida responde-se as seguintes questões: Qual a principal forma de PS em Moçambique? Qual é o contexto financeiro da PS moçambicana? É possível uma PS sustentável num ambiente de dependência crónica e quase-falência? Uma estabilidade macroeconómica no “lixo” que perspectivas e futuro oferece para a PS moderna?

PARTE III – Esboça o fundamento, justificação e operacionalização da pensão alternativa para os idosos moçambicanos. Uma alternativa em defesa de uma pensão universal, consistente como o amplo e crescente consenso internacional, segundo o qual a protecção social é crucial para o crescimento económico sustentável e equitativo. Por enquanto, tal consenso tem sido contrariado pela maioria das iniciativas, sobretudo as inspiradas na abordagem assistencialista, quer seja a explicitamente caritativa quer as declaradas humanitária e defensoras da PS como direito adquirido. Em contraste às políticas e programas dispersos, ad hoc e discriminatórios, com pensões de valor irrisório, erradamente designado por “básico” ou “mínimo”, a presente proposta de pensão alternativa tem cinco características: proactiva, valorizadora, inclusiva, equitativa e dignificante. Principais objectivos, operacionalização e racionalidade da pensão universal para idosos.

Parte I

Contexto Histórico e Estratégico: o que está em jogo?

É Possível uma Pensão Universal para Idosos em Moçambique?

2 Respostas imediatas mais comuns

- Não. Porquê? Não há dinheiro
- Talvez – através da exploração dos recursos naturais, aumentando a receita pública fornecida pelos mega-projectos. Esta é a resposta à espera do “**milagre**” ou “**lotaria**” trazidos pelos recursos naturais (RNs).

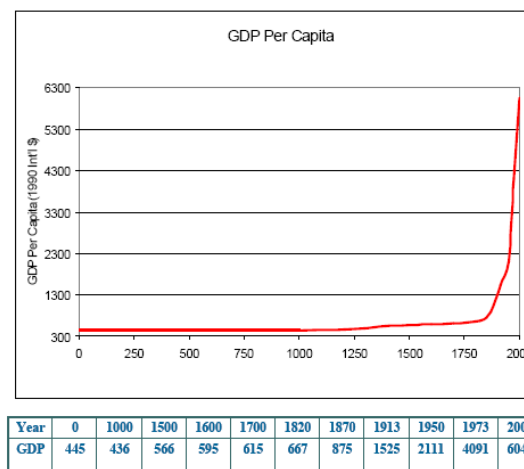
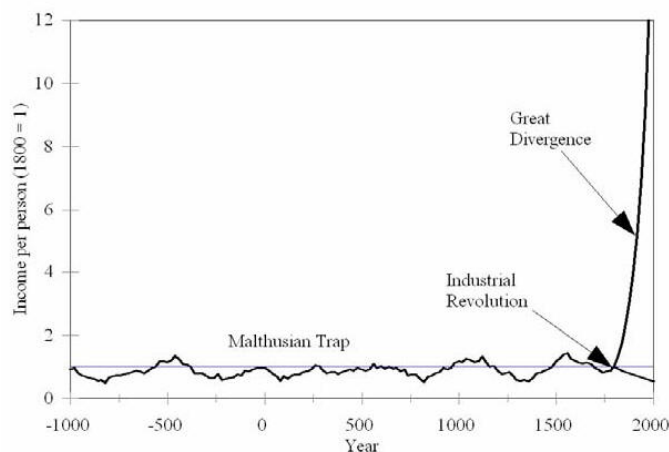
A Resposta alternativa

- Em vez de ficar à espera do “milagre” ou “lotaria” dos RNs, defendemos a busca de uma solução alternativa, assente numa abordagem diferente relativamente às instituições e principais actores. Abordagem diferente principalmente em relação ao papel da população idosa na dinâmica demográfica, económica, social e política da sociedade moçambicana, seguindo uma abordagem estruturante, em vez de caritativa, paternalista e humilhante.
- A chave de uma protecção social dignificante está na qualidade das instituições, em vez da lucratividade dos RNs. Especialmente enquanto, e se, tais RNs continuarem controlados pelo Estado, em vez dos cidadãos, os legítimos donos e gestores. Um Estado vivendo para si próprio e para os seus agentes, enquanto a generalidade da população está abandonada à sua sorte.

Como é que este Tema se Encaixa no Tema Geral da III Conferência do IESE?

99,9 % da evolução humanidade aconteceu num ambiente económico de estagnação, baseada numa PROTECÇÃO SOCIAL DEMOGRÁFICA (PSD). Foi apenas nos últimos 200 anos (**0,1 %**) que o **crescimento económico sustentável Pós-Malthusiano** permitiu a **expansão da PROTECÇÃO SOCIAL FINANCEIRA (PSF)** moderna ([Oppenheimer](#), 2003; Galor, 2011).

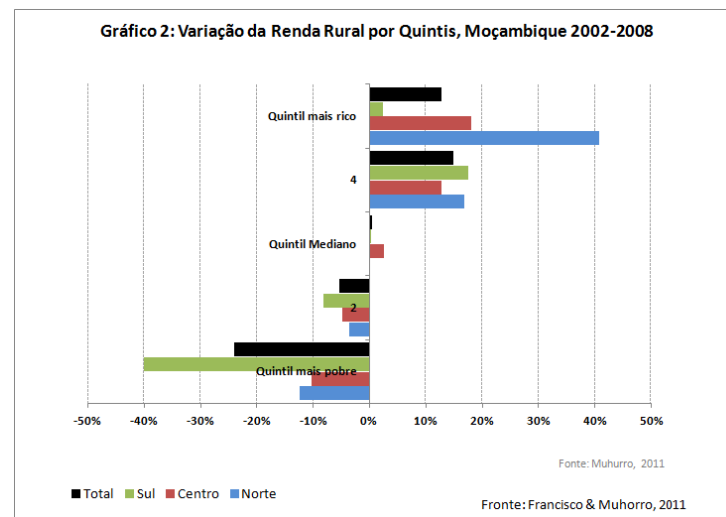
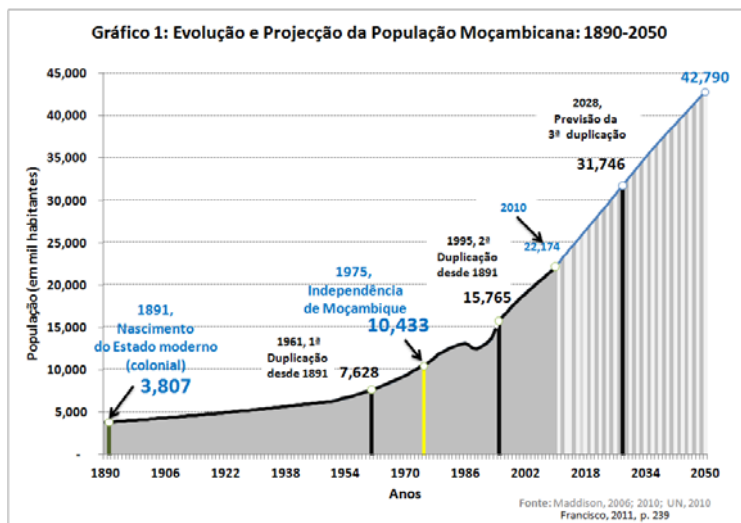
A actual crise internacional, designada por “financeira”, tem por trás dela factores substantivos de **natureza demográfica**, com enorme impacto no próprio sistema financeiro e fiscal. A crise não é só composta de DÍVIDA e CREDÍTO, mas também de DEMOGRAFIA. Aliás, **ACUMULAÇÃO, CRÉDITO** e **DÍVIDA** contribuem mais para a **prosperidade** do que a **pobreza** mundial. Seria uma grande pena se a mensagem principal desta Conferência fosse o contrário (Ferguson, 2005; Galor, 2011).



[Galor.2009. From Stagnation to Growth:...](#)

PS no contexto da Estagnação, Crescimento e Acumulação

A História pós-independente de Moçambique testemunhou e validou o conhecido ditado: **“Pior do que ser explorado pelo capitalismo é não ser explorado pelo capitalismo”**. A busca de alternativas ao sistema capitalista tem gerado crescente cinismo quanto a soluções alternativas tipo socialismo. Como afirmou Millôr Fernandes: **“O capitalismo é a exploração do homem pelo homem. O socialismo é o contrário”**. O principal desafio para o desenvolvimento de Moçambique é a **ESTAGNAÇÃO** (verdadeiro **“ICEBERG”**) do que a ACUMULAÇÃO (a PONTA DO ICEBERG). O pior que pode acontecer é a população continuar a crescer por um lado, e a acumulação económica por outro, concentrada e à margem da economia estagnada. Na 1ª década do século XXI a economia rural gerou uma renda mediana per capita de 4 Meticais (média 10 Meticais) por dia; isto é, 13 cêntimos do US dólar por dia/pessoa. Além disso, como mostra o Gráfico 2 os dois quintis mais pobres empobreceram, enquanto os dois quintis mais abastados prosperaram ([Francisco, 2011: 239](#); [Francisco & Muhoro, 2011](#)).



[Francisco, 2011: 239](#)

[Francisco & Muhoro, 2011\)](#)

Versão actualizada 12.09.12

Países Vizinhos com Pensão Universal ou Quase-Universal para Idosos

Independentemente se exploram ou não recursos minerais, o contrast com Moçambique, porquê?

Pension watch Social protection in older age					Benefit level				Targeting	Number of recipients	Total cost (% of GDP)
Country	Population 60+	Share 60+	Poverty rate	Year introduced	Level	US\$	% of GDP per	% of poverty line			
Botswana	117,057	5.9%	31%	1996	220	29	4%	143%	Universal	91,446	0.33%
Lesotho	145,844	7.0%	43%	2004	300	39	34%	156%	Pensions-tested	80,000	1.77%
Mauritius	150,602	11.6%	no data	1950 (scheme first implemented), 1958 (scheme became universal)	3,146	109	15%	491%	Universal	160,947	1.70%
Namibia	124,865	5.6%	49%	1992 (other social pension previously)	500	64	16%	240%	Universal	131,921	1.36%
Seychelles	no data	no data	2%	no data	2,400	173	22%	1138%	Universal	no data	no data
South Africa	3,694,968	7.3%	26%	1927/8 first scheme introduced for whites, 1944 scheme extended to whole population, 1996	1,200	155	25%	592%	Means-tested	2,647,000	1.14%
Swaziland	63,638	5.3%	63%	2005	200	26	10%	114%	Pensions-tested	55,000	0.60%
Zambia	632,235	4.8%	64%	2007	####	12	10%	####	Universal	4,500	no data

www.pension-watch.net

Versão actualizada 12.09.12

Porque Moçambique ainda não tem uma pensão universal para idosos?

Razões históricas e estratégicas

➤ Razão histórica

O sistema formal de PS que surgiu do nascimento de Moçambique como Estado moderno, em 1890-1, foi liminarmente escangalhado ou fortemente desvalorizado após a Independência em 1975, primeiro, pelas políticas revolucionárias radicais, e depois, pela devastadora guerra civil. Porém, a reabilitação e as reformas, ao longo das últimas duas décadas de elevada dependência da ajuda externa, tem revelado fracos sinais de um crescimento endógeno, apontando para uma configuração da PS moderna, numa perspectiva inclusiva e dignificante.

Em 1901 surgiu o **1º Regulamento da Fazenda do Ultramar**, visando garantir a Previdência Social aos Servidores do Aparelho do Estado Colonial (Quive, 2007, p.12). Tal sistema começou por ser altamente racista e discriminatório. Inicialmente apenas para os colonos, principalmente brancos europeus, mas aos poucos foi-se abrindo e incluindo os “assimilados” e depois os chamados “indígenas”. Por volta de 1975, o sistema de PS herdado precisava de ser reformado, para que se tornasse mais inclusivo e abrangente da população total. Porém, foi desmantelado, desvalorizado e praticamente destruído ([Francisco, 2010, PP. 37-95](#)).

Porque Moçambique ainda não tem uma pensão universal de idosos?

➤ Razão estratégica – poder vs Desenvolvimento

- ❑ A Independência foi “capturada” pelo radicalismo revolucionário e o novo Estado Soberano fez o que diz o ditado inglês: *Throw out the baby with the bath water* - Jogou fora o bebê com a água do banho. A declaração da Constituição da Republica Popular de 1975 a favor da protecção dos idosos acabaria, na prática, por ser o posto:

ARTIGO 32.º

Todos os cidadãos têm direito à assistência em caso de incapacidade e na velhice. O Estado promove a criação de organismos que garantam o exercício deste direito.

- ❑ O escangalhamento do estado do Aparelho colonial em Moçambique, agravado pela guerra civil (1976-1992), da falência económica e financeira (1984) e elevada dependência externa (depois de 1987), enfraqueceu o sentido de dever do Estado para com os cidadãos, enquanto fortaleceu o vínculo com os contribuintes externos, os doadores. Isto permitiu ao partido no poder, a Frelimo, evitar o Estado Falhado, recuperar a iniciativa política e enveredar por uma estratégia de consolidação da sua hegemonia política, em vez do desenvolvimento económico com efectiva protecção social digna. Em retrospectiva, os idosos de hoje fazem o balanço dos custos e benefícios das chamadas “nossas conquistas” da Independência. Mário Coluna, famoso futebolista moçambicano, com 77 anos de idade, é um exemplo emblemático dos muitos idosos para quem o período de independência representou uma oportunidade perdida para uma velhice digna.

O “Monstro Sagrado”, uma das muitas vítimas das políticas predadoras como a nacionalização da habitação (1976)

“Não roubei o dinheiro com o qual comprei o prédio que o Governo nacionalizou”

Quarta, 15 Agosto 2012 00:00 Aristides Cavele



Mário Coluna agastado:

Aos 77 anos, completados no passado dia 6 de Agosto e maior parte dos deles dedicados ao futebol, Mário Esteves Coluna carrega consigo uma grande tristeza: a nacionalização por parte do Governo moçambicano, a 24 de Julho de 1975, do seu prédio localizado no bairro da Malhangalene.

O “Monstro Sagrado” diz estar magoado com o Governo moçambicano, porquanto comprou o prédio com dinheiro que ganhou, honestamente, ao serviço do Benfica e que serviria para a sua reforma.

Mário Coluna, com as lágrimas a escorrerem o rosto, disse, outrossim, que não explorou a ninguém. Pelo contrário, o ex-capitão do Benfica e da selecção de Portugal, diz que andou a esforçar-se, correr o mundo, partir o joelho e, no fim, levarem o seu prédio.

Coluna questiona, porém, por que o executivo o convidou para ser membro do partido e deputado da Assembleia da República, além de lhe ter atribuído a Ordem Eduardo Mondlane do terceiro grau - a mais alta condecoração do Estado.

Não explorei ninguém!

[O PaísOnline](#)

Isto tem muito que ver com a PS!

Conquista? Para quem?



Versão actualizada 12.09.12

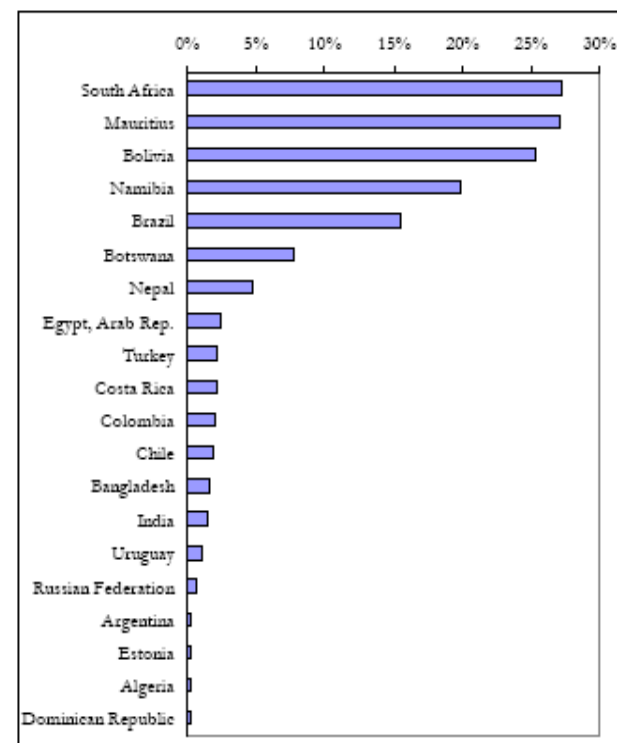
Por que Moçambique Diverge dos países vizinhos mais desenvolvidos?

Entre 1995 e 2010, a economia formal moçambicana ter sido das que mais rapidamente cresceu na África Subsariana, em contrapartida a pobreza não foi reduzida em proporção idêntica pelo rápido crescimento económico (FMI, 2012; Hodges & Tibana, 2005; INE, 2010).

Enquanto isso, os países vizinhos mais desenvolvidos beneficiaram do facto de nunca terem enveredado por políticas revolucionárias, radicais e destruidoras do tecido social; não terem mergulhado na falência crónica e elevada dependência da ajuda externa; e em particular, os Estados criados após a independência criaram vínculos mais fortes para os seus contribuintes do que os doadores externos.

A introdução de sistemas de pensão para idosos, universais ou quási-universais, é um exemplo desse vínculo; principalmente em países como o Lesoto, onde o Governo não ficou à espera da descoberta de recursos natural para estabelecer um pensão universal para idosos.

Figure 1: Social Pension Impact Index, selected countries



Source: authors' calculations.

Exemplos de Acções do Estado Pró e Contra a Protecção Social, 1975-2012

Pro-Protecção Social

- Reconhecimento do direito à cidadania dos Moçambicanos sem discriminação de raça, etnia, religião, género, entre outros.
- Acordo entre as forças beligerantes envolvidas na guerra civil (1976-1992), conduzindo à paz, condição fundamental para uma segurança social e individual efectiva.
- Abertura ao apoio internacional, aliviando os cidadãos do assalto e usurpação pelos políticos e burocratas aos bens privados e públicos;
- Definição de um quadro legal favorável à protecção social;
- Iniciativas e programas *ad hoc* de assistência social, em resposta a situações de extrema vulnerabilidade e urgente intervenção – e.g. calamidades naturais, surtos de fome, cheias e crises económicas resultantes da destruição do mercado formal nacional.

Contra a Protecção Social

- Expropriações e usurpações generalizadas, nomeadamente dos activos fundiários e imobiliários;
- Generalizada estatização e colectivização dos meios de produção que deveriam proporcionar a base material para a PS dos cidadãos; controlo centralizado e administrativo causador de instabilidade das fundações da economia de mercado formal na sociedade;
- O PRE de 1987 e posteriores Programas de apoio financeiro do FMI salvaram o Estado da bancarrota, mas não evitaram o saque à banca nacional (Hodges & Tibana, 2005; Hanlon,???); desvio das pensões dos trabalhadores da ex-RDA (Mandjarmenes) e mais recentemente desvios dos fundos das empresas e organismos do Estado, bem como a delapidação do INSS.

Parte II

Protecção Social: Abordagem Assistencialista versus Estruturante

O que é Protecção Social?

2 PERSPECTIVAS



Assistencialista

Protecção social – definida como políticas públicas para ajudar os indivíduos, as famílias e comunidades na melhor gestão de riscos e que apoiam os criticamente vulneráveis – é crucial para o crescimento económico sustentável e equitativo

(World Bank, 2009, p. 1)



Estruturante

O conjunto de mecanismos, iniciativas e programas com o objectivo de garantir uma segurança humana digna, libertando as pessoas de dois medos (riscos, ameaças) cruciais no ciclo da vida: 1) Medo da insegurança pessoal; e 2) Medo da carência (alimentar e profissional)”

(Francisco, 2010, p. 37)

A apresentação de Terezinha Silva, “Violência contra a pessoa idosa...” ilustra uma das dimensões da abordagem estruturante da PS, sobre a insegurança pessoal. O mesmo acontece com o tráfico de pessoas e órgãos humanos; linchamentos, assaltos e violações físicas e psicológicas frequentes na nossa sociedade.

PS visa livrar o indivíduo do Medo da Insegurança e Agressão Pessoal (física, psicológica e social)

Beira

Linchamentos retornam com furor

Agitação presumivelmente ligada à morte de um tal Jofrisse, tido como um pacato cidadão e não "bota-culo" do bairro da Mananga, vítima de bandidos ora caçados

Com furor, os linchamentos estão a repetir-se na cidade da Beira, contando-se já dois indivíduos desde domingo.



Primeiro a vítima é amarrada e espancada

Acidentes fazem dois feridos graves

A província de Sotria registou, durante o fim-de-semana, quatro acidentes de viação, que resultaram em qual número de feridos, tendo sido em estado grave. De acordo com a Polícia, o

comportamento por parte dos automobilistas nas estradas do Sotria, explicou Dique. Mesmo tendo havido redução no número de acidentes e nos óbitos,

executados anteriormente e ontem, respectivamente.

O último, "Bota-bota", foi queimado vivo até sucumbir, depois de espancamento, segundo apurou o "Diário de Moçambique", pelo facto de ele, Meque e outros comparsas terem presumivelmente assassinado um cidadão que em vida respondia pelo nome de Jofrisse.

Jofrisse foi identificado na nossa edição, erradamente, pelo nome de João e apontado como um dos bandidos perigosos do grupo de Meque, quando, conforme últimas informações, ele foi morto na noite de sexta-feira para sábado e tudo indica que foi vítima dos indivíduos que estão a ser caçados na Mananga.

Fonistas do "DM" garantiram que parte da população de Mananga está à procura de todos os responsáveis pela morte de Jofrisse, sendo que Meque e "Bota-bota" foram as primeiras a, por conseguinte, vítimas do linchamento.

Meque, acrescentaram as nossas fontes, apesar de estar em liberdade condicional, não parou de aterrorizar os moradores da Mananga, situação que se veio a agravar quando tirou a vida a Jofrisse.

Algumas pessoas



Tem sido assim a parte final dos linchamentos

Moçambique" contam que "Bota-bota" foi neutralizado no arrozal da zona da Casquinha, na Munhava, quando fugiu, dado que estava a ser perseguido por uma multidão enfurecida. Uma vez atropelado pelos seus perseguidores foi espancado e queimado com recurso a pinus.

Contaram que os linchamentos correntes surgem como acto de vingança ao assassinato do tido como inocente Jofrisse, morto no último sábado naquele bairro, presumivelmente pelo grupo de "Bota-bota" e Meque.

Tanto "Bota-bota" como Meque eram tidos como perigosos e cadastrados. Ambos estiveram encarcerados, por várias vezes, devido ao seu



<http://oficinadesociologia.blogspot.com/search?q=linchamentos>

Versão actualizada 12.09.12

IS visa livrar o indivíduo do Medo da Carência e Precariedade

Pág 20 27 de Junho de 2008

SOCIEDADE

Segurança social frágil em Moçambique

- Mário Machungo recomenda reformas urgentes

O ex-primeiro-ministro moçambicano, actualmente presidente do Conselho de Administração (PCA) do Millennium-bim, Mário da Graça Fernandes Machungo, esteve recentemente em Portugal a participar em vários encontros promovidos pelo grupo bancário luso Millennium-bp e num outro promovido pela RDP África sobre o Dia da África assinalado a 25 de Maio, transmitiu aos seus pares uma "visão pessimista" sobre as capacidades de crescimento económico de Moçambique nas circunstâncias actuais da crise da economia mundial.

Aquele economista que sempre defendeu que Moçambique não seria sustentável sem um crescimento constante estimado em dois dígitos anuais, começou por explicar que a crise da economia mundial se traduz na quebra das disponibilidades para o exterior e sobre o exterior, afectando as reservas e criando pressão sobre a taxa de câmbio, causando mais problemas na cobertura das importações.

A dificuldade de gerir a taxa de câmbio no presente momento é uma realidade, não sendo de admirar os questionamentos que se fazem ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Machungo disse ainda que no sector real a quebra das exportações por causa da crise da economia mundial levam ao abrandamento ou mesmo encerramento de empresas viradas à exportação e consequentemente o arrefecimento do consumo e da procura agregada, para além das restrições comerciais que geralmente nestas situações que ainda de acordo com o economista já se mantêm presentes em países com fragilidade nas instituições de segurança social.

Disse ainda que na maior parte dos países africanos, incluindo Moçambique, a segurança social é débil e frágil e por isso não podem responder a situações de estabilidade sem que haja o maior volume de ajuda externa.

Referiu ainda que o fraco desempenho das exportações traduz-se também na redução de receitas públicas, agravando o défice fiscal e colocando em causa a capacidade para a realização da dívida e de projectos nas áreas sociais que têm impacto directo na redução da pobreza de muitos moçambicanos, neste momento estimados em cerca de 20.5 milhões de habitantes.

Para os restantes países da África Subsaariana onde Moçambique é parte integrante, esta situação traduz-se na redução da expectativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o presente ano, comparando com o que se realizou em 2008, com tendência para a redução das balanças de transacções comerciais.

Para fazer face à crise, a maior parte dos países desenvolveu depois de terem constatado que a política monetária de acordo com as taxas de juros

de referência não produziria os efeitos desejados que se aplicam em situações comerciais, recuperaram a consciência do mercado financeiro. Esta medida soube aprofundar a dimensão da dívida pública nos Estados Unidos da América (EUA) e os países optaram pela adopção de pacotes de incentivos fiscais como forma de provocar um choque positivo na procura agregada por via de diversos mecanismos, nomeadamente aumento da despesa de investimento, corte das taxas de impostos, transferências para as camadas mais baixas e vulneráveis e subsídios ao desemprego.

Sobre o tema estabilidade, desenvolvimento e crescimento, emprego, crise mundial realizou-se um encontro que culminou com o desenho de cinco pilares básicos para a recuperação económica, entre os quais, Machungo destacou a necessidade de restaurar a confiança no crescimento económico, reparação do sistema financeiro, a regulamentação financeira e reformas do sistema financeiro.

Machungo indicou ainda que os países da África Subsaariana antes da crise financeira internacional registavam níveis de crescimento económico estáveis, acima dos 5 por cento, como resultado de algumas reformas tomadas em alguns países que conduziram a estabilidade política e macroeconómica.

Os países produtores de petróleo registaram a taxa de crescimento do PIB estimado em cerca de 7.5 por cento. A partir de 2008 em consequência da crise financeira registou-se uma quebra expressiva nos preços dos bens de exportação, com destaque para o alumínio, petróleo, ouro, platínio e cobre, situação que tem implicação séria nos países com excessiva concentração daqueles recursos como Angola, com o petróleo a representar 85 por cento das exportações, Botswana com o diamante a representar 61 por cento das exportações, a Zâmbia com o cobre a representar 75 das exportações e Moçambique onde o alumínio representa 57 das exportações.

A queda da procura e dos preços dos produtos básicos de exportação originou um efeito negativo combinado, nomeadamente a redução das receitas e queda de actividades em sectores tidos



Mário Machungo, PCA do Millennium-bim

como produtores de matéria-prima que se repercutiu sobre as pequenas e médias empresas na queda de valores e no sector familiar inclusive.

Machungo indicou ainda que é previsível que a crise económica mundial venha a piorar as condições de vida das populações vulneráveis da África. Acrescentou ainda que com a redução das receitas o Governo terá que suspender ou reduzir as despesas nos programas destinados ao desenvolvimento em diversas áreas de actividade, com destaque para o sector de Saúde, Educação, Habitação, planeamento e abastecimento de água.

Indicou ainda que as estratégias de combate à pobreza serão estranguladas, nomeadamente a redução das despesas para assegurar a continuidade de ajuda

internacional aos programas concebidos para o desenvolvimento. Mesmo assim, o economista não descarta a possibilidade de adopção de outros paradigmas de desenvolvimento que levem os países africanos a desenharem os seus planos de desenvolvimento.

Mário Machungo admitiu também a hipótese de que a barragem de M'panda-Unkwa que se projecta há vários anos para junto da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, não vai começar a ser construída este ano, como daram a entender os mentores da iniciativa. Reforçou que haverá atraso no lançamento de 1400 quilómetros da linha de alta tensão e admitiu ainda que o aumento da capacidade de geração de energia de HCB, também terá de aguardar por melhores dias.



violencia policia mocambicana.mp4 - YouTube

www.youtube.com/watch?v...Partilhar

8 Abr 2011 - 45 seg - Carregado por verdadetruh

Agentes da Força de Intervenção Rápida(FIR) de Moçambique atacaram selvagememente no dia 6 de Abril ...

[Ver video](#)

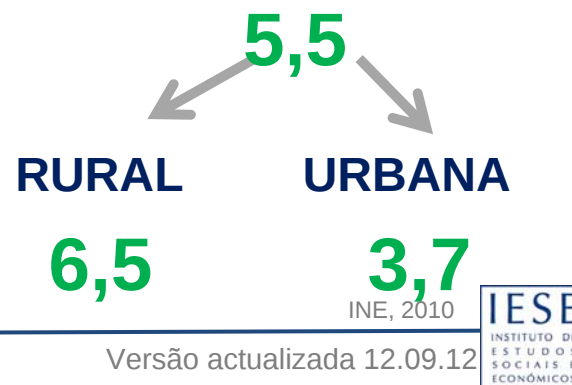
Na Perspectiva da Protecção Social Estruturante

Ter muitos filhos continua a ser a principal forma de protecção social em Moçambique. É um sistema precário e muito limitado do ponto de vista dos padrões modernos? Sim, mas foi ele que nos trouxe até aqui. Aliás, este o regime demográfico que prevaleceu em 99,9% da história da humanidade. Apenas nos últimos 200 anos, um número crescente de países tem transitado para o novo regime.

E Moçambique? ...Ainda não! Com sua economia maioritariamente estagnada a protecção social demográfica moçambicana, ainda que precária, é a que continua a proporcionar a solução para a maioria da população, enquanto a protecção social financeira abrange uma ínfima minoria, por via de meios legítimos (activos e património privado, trabalho, INSS, Assistência Social, fundos de poupança privados) e ilegítimos (roubo, usurpação, etc).

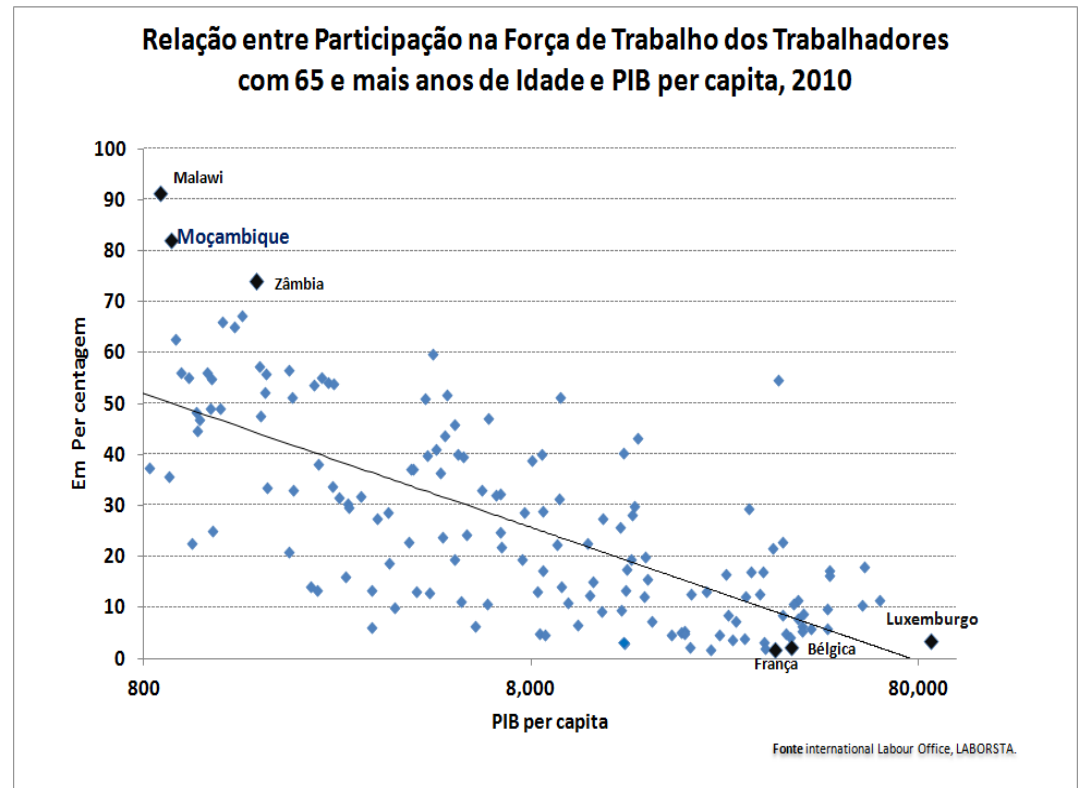


Filhos por Mulher (2012)



A Maioria dos Idosos Moçambicanos Trabalham até Morrer

O universo convencional da segurança social e da assistência social abrange a minoria de pessoas envolvida no mercado de trabalho assalariado e no sistema financeiro formal e informal. Porém, a maioria da população idosa moçambicana, principalmente rural, trabalha até morrer. Isto é ilustrado pelo Gráfico ao lado - a participação dos idosos moçambicanos na actividade económica é superior a 80%, enquanto nos países mais desenvolvidos é o oposto.

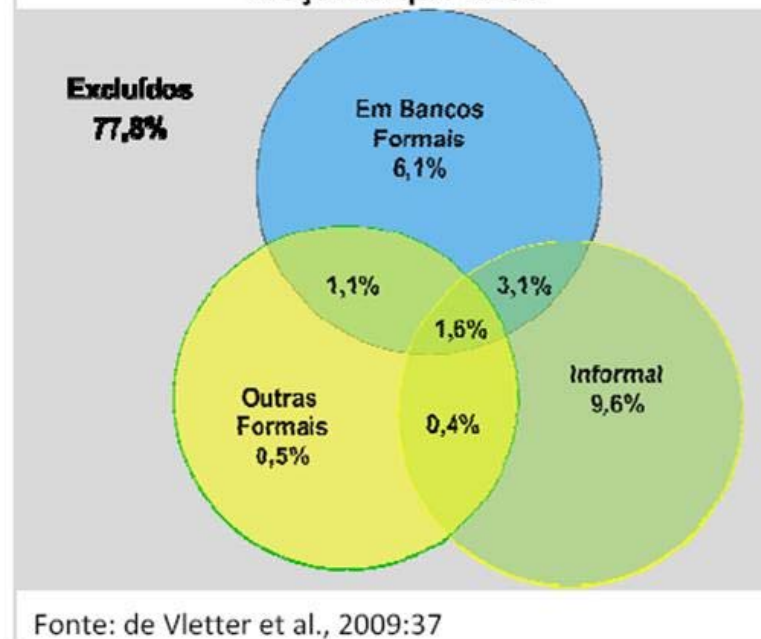


Contexto Financeiro da Protecção Social

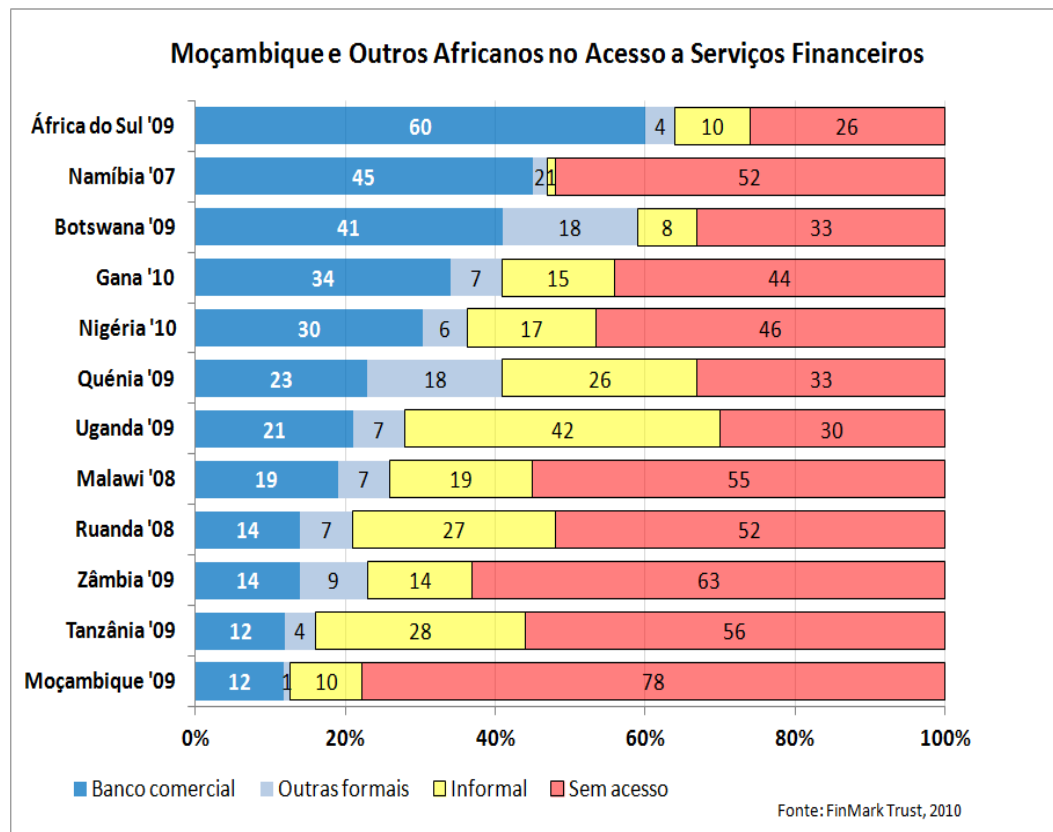
- A literatura sobre PS nos países subdesenvolvidos assume como dado adquirido que a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de PS depende, principalmente, da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas financeiros. No entanto, tal literatura frequentemente ignora, como se verifica no caso de Moçambique, que os sistemas financeiros proporcionam acesso a menos de 22% da população adulta (Vletter et al., 2009).
- Se **78 %** dos Moçambicanos estão excluídos do Sistema Financeiro (formal e informal) moderno, onde buscam eles sua protecção social?

Veja a resposta aqui: [Francisco 2010](#); e [Francisco et al. 2011](#)

Figura 1: Mecanismos de Acesso Financeiro, Moçambique 2009

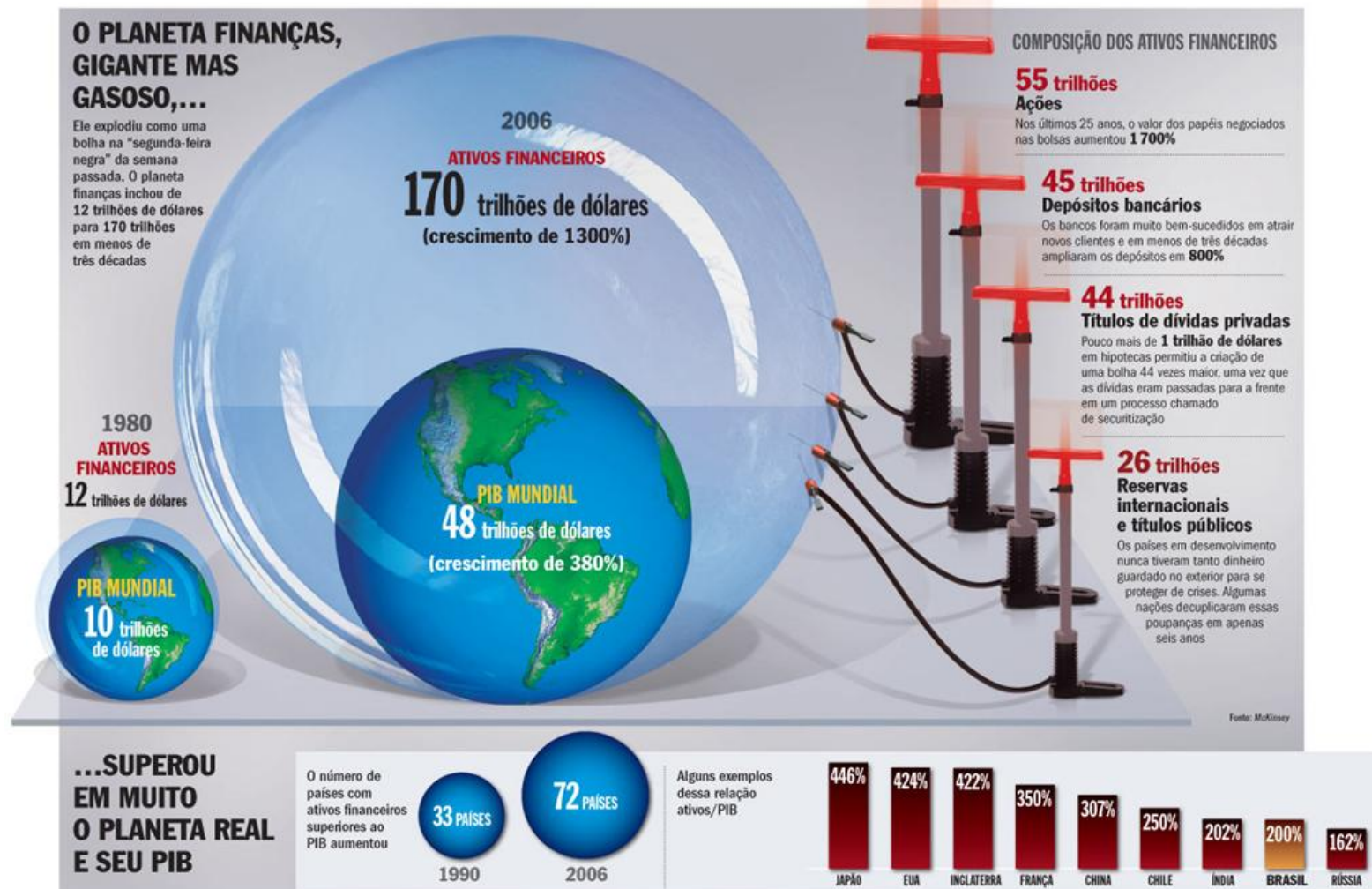


O Espaço Financeiro da Protecção Social: Moçambique versus Outros Africanos



Não admira que
Moçambique, com
78 %
excluídos do sistema
financeiro, possua mais de
90 %
dos cidadãos excluídos da
protecção social
contributiva e não
contributiva.

O Espaço Financeiro da Proteção Social Internacional é o oposto de Moçambique



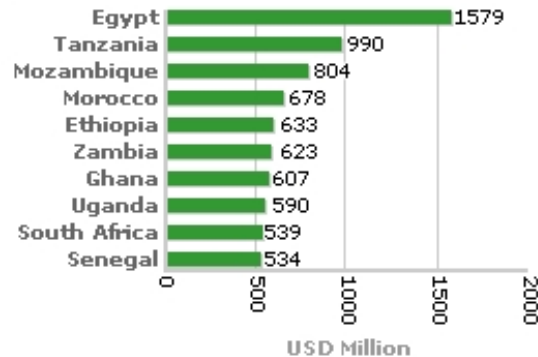
Nota: No Brasil usa-se a escala curta para os grandes números (e.g. trilhões em vez de bilhões)

Versão atualizada 12.09.12

[Veja, 2008. Edição 2079.](#)

Que Protecção social financeira num Contexto de Dependência Externa? Assistência Caritativa

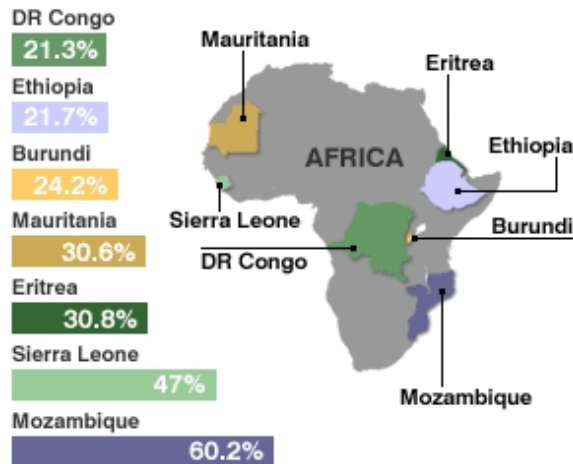
Top 10 recipients in Africa 1999



SOURCE: DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE (OECD)

Who is most dependent on aid?

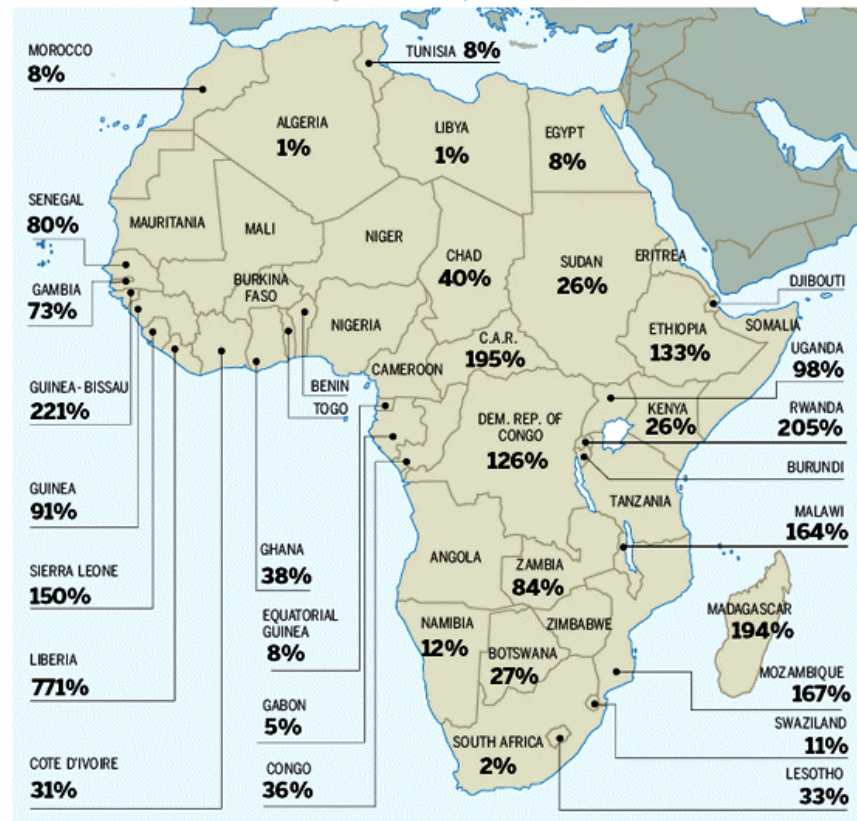
% of GDP received as ODA, 2002



SOURCE: OECD

Africa's dependence on aid

Net official aid received as a % of government expenditures, 2008



<http://filipspagnoli.wordpress.com/stats-on-human-rights/statistics-on-poverty/statistics-on-international-development-aid/>

Versão actualizada 12.09.12

Que Tipo de Protecção Social num Contexto de *Quasi-Falência Crónica?*

- Desde que o Estado Moçambicano foi resgatado pelo FMI, em 1984, a ajuda internacional tornou-se estruturante das suas políticas públicas, e em particular, no financiamento do seu Orçamento de Estado. O FMI e outros doadores são cruciais para Moçambique evitar a bancarrota e mergulhar no Estado Falhado.
- Entre 1984 e 1990, a ajuda atingiu níveis insustentáveis e impagáveis (ver Tabela 1).
- Moçambique exhibe hoje uma estabilidade macroeconómica satisfatória, resultante mais dos sucessivos perdões da dívida e da manutenção da ajuda internacional, do que de um modelo de desenvolvimento económico assente num ambiente de mercado e de investimento produtivo e inclusivo, em vez de um ambiente de negócios atractivo apenas para uma minoria altamente lucrativa e sobretudo especulativos.

Tabela 1: Entre a Falência e a Sustentabilidade Financeira Doad, Moçambique, 1984-2012				
Rácios	Limites máximos de Sustentabilidade	1984	1998	2009
Stock/PIB	40%	incumprimento	153%	16%
Stock/Exportações	150%		1348%	59%
Stock/Receitas	250%		2476%	99%
Serv. da dív/Exp	20%		43%	1%
Serv. da dív/Rec	30%		24%	2%
Fonte: (Waty 2011, p.107; MF 2008; MF 2010) GMD, 2006.				

Que Tipo de Protecção Social num Ambiente Especulativo ou Lixo?

- A mais recente avaliação da Standard & Poor's (S&P), de 24.08.2012, manteve as notações de risco para Moçambique em “B+/B/estável”. Isto é, estabilidade num ambiente “altamente especulativo”, ou no jargão financeiro internacional, “junk”/“lixo”. A perspectiva estável da S&P reflecte o facto de que os países da chamada ajuda programática continuarem a financiar parcialmente os défices orçamental e externo, que o crescimento económico manter-se-á e que a situação política permanecerá basicamente estável.
- Admitindo que esta perspectiva se concretiza, será bom do ponto de vista da segurança humana e protecção social, mas obviamente não é satisfatória, a longo prazo. Estabilidade num ambiente “altamente especulativo” está longe de ser satisfatória e prometedora para a protecção social dos cidadãos.

Notação de Crédito para Países Seleccionados, 2012				
	Moody's	S&P	Fitch	Países
lixo	Aaa	AAA	AAA	Australia, Austria, Canada, Alemanha, França, Singapore, Suécia, Holanda, UNITED KINGDOM
	Aa	AA	AA	França, Japão, China, Hong Kong, Nova Zelândia, USA, ITÁLIA, ESPANHA
	A	A	A	BOTSWANA, Malásia, Chile, Israel
	Baa	BBB	BBB	Brazil, Mexico, South Africa, SPAIN, ITALY
	Ba	BB	BB	Angola, Gabon, Philipines, Costa Rica, PORTUGAL
	B	B	B	Argentina, MOÇAMBIQUE, Uganda, Venezuela, Zambia
	Caa	CCC	CCC	Coreia do Norte, Grécia, Zimbabwe
	C	C	C	Sudão
		DDD	DDD	
		DD	DD	
		D	D	
Mais alta qualidade (TOPO)				
Alta qualidade				
Qualidade média-alta				
Qualidade média				
Predominantemente especulativo				
Especulativo, baixa classificação				
Inadimplemento próximo (Próximo de				
Mais baixa qualidade, (Sem interesse)				
Inadimplente, em atraso, questionável (FALÊNCIA)				

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_credit_rating

Parte III

Por uma Pensão Universal para os Idosos Moçambicanos

Que Tipo de Consenso está a Emergir?

"Um forte consenso tem emergido nos últimos anos que sistemas de protecção social bem concebidos e o bom desempenho económico podem e, de facto, coexistem. Na verdade, é cada vez mais evidente que uma segurança social adequada de modo algum é consequência do crescimento económico, mas sim o seu pré-requisito".

(ILO-IMF, 2012, p.2; OCDE 2005; Niño-Zarazúa, 2010, 2012; World Bank 1998, 2012).

Existe mesmo? Na intenção e também na prática?
E o que significa isto na prática, das políticas e dos programas implementados?

Abordagem Assistencialista da Pensão:

Caraterísticas

1. *Reactiva*

Ex-post, em resposta a eventos inesperados, mas também os previsíveis, através de esquemas para “remediar” em vez de prevenir – e.g. PSA/PSSB. Quase quatro décadas após a Independência, nem o sistema de segurança social limitado do período colonial foi restabelecido, muito menos um sistema amplo e inclusivo.

2. *Caritativa / Humanitária*

Atribuições irrisórias (monetárias, em espécie ou trabalho), ESMOLAS miseráveis que humilham mais do que valorizam os beneficiários. Esmola para consumo indigente que não diminui o trabalho do idoso, muito menos o dignifica ou permite conquistar capacidade negocial no seio da família ou da comunidade.

3. *Paternalista*

Legitimação de uma relação de despotismo e superioridade. Entre pais e filhos, paternalismo é legitimado pelo amor; entre doadores e receptores, generosidade altruísta. No tempo colonial havia a “**missão civilizadora**”; hoje, assistimos a uma “**missão humanitária**”.

4. *Discriminatória*

No pior sentido - parcial, arbitrária e violando direitos humanos básicos de equidade e universalidade. É espantosos como as organizações internacionais pactuam com isto!

5. *Humilhante*

Especialmente na maneira paternalista, complacente e até vexatória como os idosos são tratados, isto é como “vulneráveis”, comparado com o pouco que tem sido feito para lhes devolver a dignidade que desfrutavam no regime demográfico antigo.

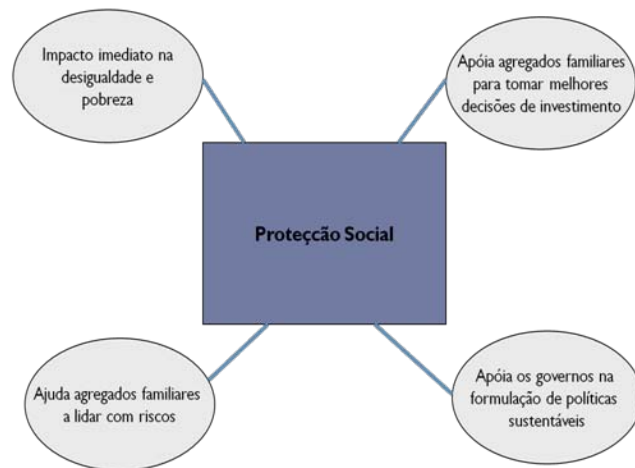
Qual é a diferença entre o assistencialismo dos doadores e o assistencialismo do GdM?

- A natureza reactiva e assistencialista das políticas públicas do Estado Moçambicano, em geral, e dos PARPA(s) e, em particular, foram já objecto de várias reflexões no IESE (Francisco, 2012; Sugahara Francisco, 2012). Qual é a diferença entre o assistencialismo dos doadores e o assistencialismo do GdM?
- Os doadores têm vontade política para reformar, mas falta-lhes uma concepção proactiva, valorizadora e empoderadora, adaptada a uma realidade muito diferente da sua. Optam por opções paternalistas, caritativas e por vezes humilhantes, totalmente contrárias às suas declarações de princípio.
- Entretanto, na sequência da revolta popular de 1 a 3 de Setembro de 2010, em Maputo, a percepção reactiva do Governo e dos seus parceiros aumentou. Os governantes preocuparam-se pela ameaça à estabilidade do seu poder. Os doadores preocuparam-se pelo risco do retorno da instabilidade. Os relatórios de monitoria do FMI ilustra bem isto.
- O Relatório do FMI anterior à revolta de Setembro 2010 (Junho 2010, Nº 10/174) não possuía uma única referência à protecção social, excepto dois parágrafos sobre “Reformar o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)” (#16, p.4; #23, p. 46). O relatório de Dezembro de 2011 (No. 11/350) já mereceu 15 referências à protecção social e duas à segurança social básica. O relatório do FMI de Junho 2012, No. 12/148, contém 27 referências à protecção social, mas surpreendentemente nada sobre o INSS ([IMF, 2012](#)).

Estratégia Doadora de Dispersão, sem Racionalidade Demográfica e Económica

O Banco Mundial defende uma abordagem de “redes de segurança”, em resposta mais ou menos ad hoc aos diferentes riscos e imprevistos. Segundo Salazar & Zapatero (2012), o sector público gasta já 2% do PIB em pensões (incluindo INSS, pensões publicas militares e civis) e 1,7% do PIB em Assistência Social (excluindo os subsídios aos combustíveis). “O estudo do Banco encontrou uns 40 programas de protecção e assistência social no país com diferentes fontes de financiamento. Alguns programas com baixa cobertura e benefícios não muito altos em relação com as necessidades”. Esta fragmentação e dispersão é consistente com o esquema (ver imagem seguinte e tabela) distributivo, caritativo e disperso da abordagem assistencialista, sem estratégia demográfica e económica relevante para uima protecção social digna e sustentável.

Por que uma estratégia de Protecção Social



Salazar, 2011

Distribuição do Gasto em Protecção Social, 2010

	Meticais (Milhões)	USD (Milhões)	% do Total	% Financiamento
Segurança Social Básica a/	5,012	152	44%	62%
Acção Social Directa	1,782	54	16%	33%
Acção Social Educação	2,199	67	19%	75%
Acção Social Saúde	657	20	6%	91%
Acção Social Produtiva	373	11	3%	69%
Segurança Social Obrigatória	6,336	192	56%	
Total	11,348	344	100%	
Taxa de câmbio, 2010: 1USD = 33 Mt				
Fonte: Salazar & Zapatero, 2012				

Estratégia Governamental de Mobilização de Recursos Externos para Garantir a Estabilidade do Estado

O GdM possui uma forte vontade política, concentrada mais na manutenção da estabilidade e hegemonia do poder, em vez da capacitação da sociedade, através do empoderamento dos cidadãos. A capacidade do Estado depende e é condicionada pelos interesses nele instalados. Neste contexto, a acção do FMI e de outros parceiros internacionais como uma espécie de "INSS" da sociedade em geral continua crucial para a estabilidade de Moçambique. Principalmente o sistema de apoio do FMI, definido como [Facilidade de Protecção contra Choques Exógenos \(ESF\)](#). Na prática este sistema actua como uma espécie de "Fundo Nacional de Segurança Social" do sistema económico e financeiro formal moçambicana contra os choques exógenos.

07 de Dezembro 2011

MAGAZINE

DESTAQUES 5

Apenas 0,9% do OE é destinado à segurança e acção social

Governo "ignora" os grupos vulneráveis

A proposta de Orçamento do Estado para 2012 continua a registar discrepâncias na distribuição de fundos entre os diferentes sectores. Os sectores sócio-económicos continuam a ser marginalizados. De acordo com a proposta do Governo, depositada na Assembleia da República, aos sectores sociais caber-lhes-ão fatias muito reduzidas do orçamento geral.

M Xadreck Gomes

Sobre os subsídios sociais, que visam minimizar o elevado custo de vida da população, a proposta do OE para 2012 inclui os subsídios para o subsector de acção social. Contudo, este sector é o mais crítico em termos de alocação de recursos com menos de 1 por cento. A esta rubrica (segurança e acção social) foi alocada apenas 570,7 milhões de metical, para milhares de moçambicanos que se encontram numa situação de vulnerabilidade, o que mostra à priori que o Governo não toma a peito

segundo a proposta do Orçamento do Estado submetido pelo Governo à Assembleia da República. De acordo com o documento, as despesas de funcionamento representam a maior dotação orçamental com 51,8 por cento do total das despesas, justificado pelas despesas com pessoal, transferências correntes que incluem o pagamento de pensões, os encargos com as representações diplomáticas no exterior e os subsídios e, os encargos da dívida que deverão consumir cerca de 4.626,4 milhões de metical, contra os actuais 3.306,1 milhões. Em relação às despesas de investimento, o valor alocado (65.017,8 milhões de metical) corresponde a 15 por cento do PIB, e representa uma redução de cerca de 2,4 pontos percentuais em relação a 2011. Sendo que, deste montante, 5,5 po-



Manuel Chung

centamento do Estado em 2012, cerca de 95.537,9 milhões de metical serão assegurados através de receitas internas, das quais 80.441 milhões de metical provêm de receitas fiscais, 6.530 milhões de receitas não fiscais, 6.034 milhões de receitas consignadas e 2.531 milhões de receitas de capital. Assim, o défice orçamental, estimando em 66.977,5 milhões de me-

rodoviário, agrícola, comunicações de radiodifusão e televisivo. Assim sendo, para o exercício económico de 2012 está previsto na proposta do OE, ora depositada na Assembleia da República, mais de 900 milhões de metical para subsidiar algumas empresas públicas que apresentariam défice de tesouraria. A Rádio Moçambique (RM), Televisão de Mo-

metical. Já a empresa Nacional Hidrocarbonetos (ENH), criado pelo Decreto 39/97, de 12 de Novembro, vai precisar em 2012 de 90.894,40 mil metical para cobrir o défice de tesouraria, sendo que o maior peso percentual está na rubrica de remuneração aos trabalhadores fixado em 75.534,40 mil metical. A empresa Aeroportos

Que Tipo de Pensão Alternativa?

Características

1. Pro-activa

Ex-ante, em vez de *ex-post* e reactiva, como os esquemas e programas implementados em Moçambique: PSA/PSSB (Programa de Segurança Social Básica). Uma pensão de idoso concebida em antecipação dos efeitos previsíveis, já que os imprevisíveis são por definição impossíveis de prever.

2. Valorizadora

Dar valor e acima de tudo acrescentar valor implica que a própria pensão adquira capacidade concorrencial mínima, de complementar e gerar poder negocial, autêntico e real, em vez de fictícia e espúrio. Para isso, a pensão do idoso deve possuir valor monetário mínimo, em vez de mero valor irrisório; poder minimamente negocial, no seio da família e da comunidade, em vez de esmola indigente.

3. Inclusiva

No sentido de que todos as pessoas elegíveis desfrutam e compartilhar da pensão, em vez de um grupo limitado, escolhido com critérios subjectivos, na base de um alegado “gradualismo” usado para justificar a violação do princípio de “universalidade”

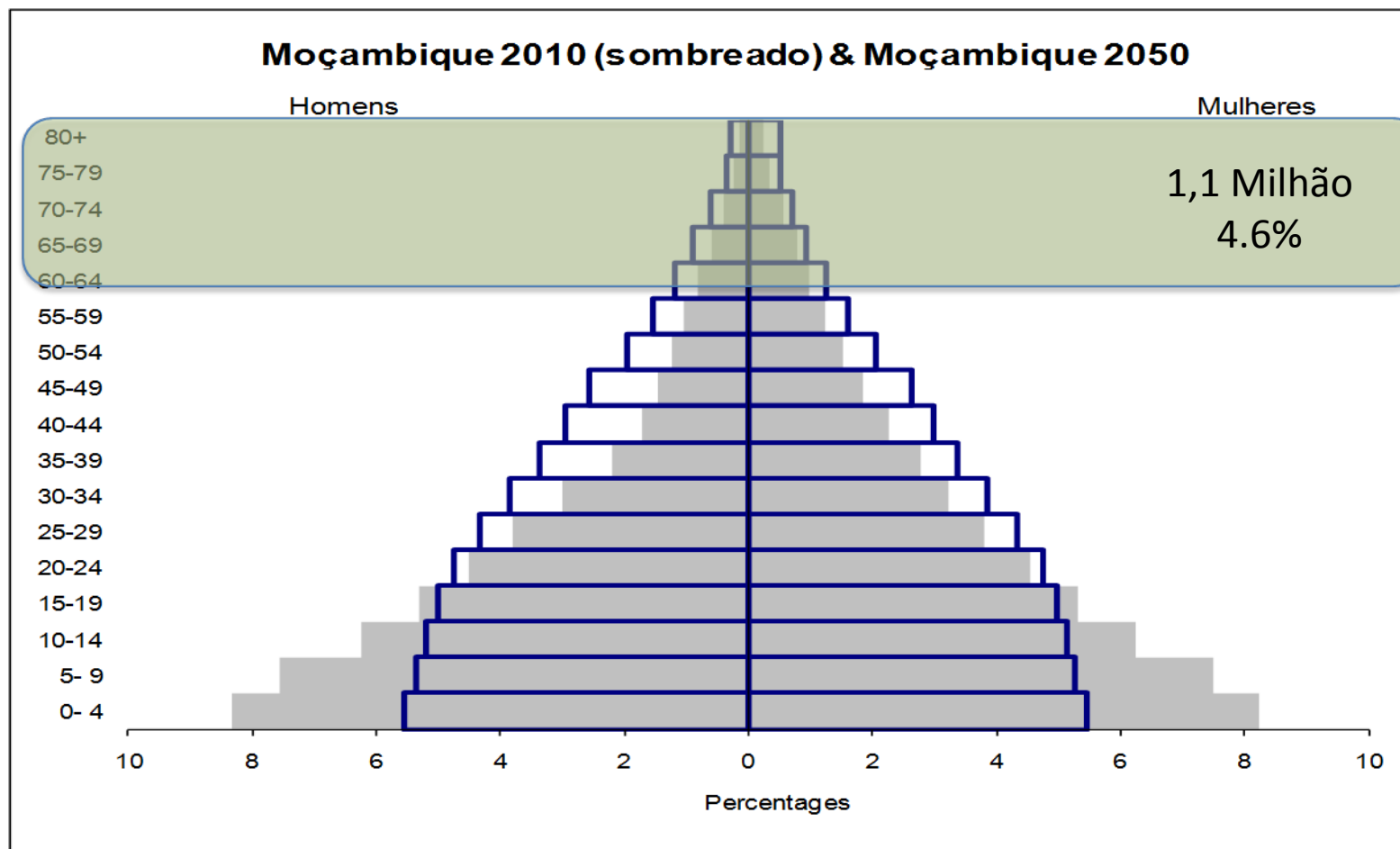
4. Equitativa

Pensão baseada na imparcialidade e reconhecimento do direito do idoso, adaptando a equivalência da igualdade e da justiça tendo em conta diferenças entre os beneficiários.

5. Dignificante

A valorização reforça a dignidade e auto-estima dos beneficiários, ao invés de uma pensão irrisória e humilhante, supostamente para ajudar no consumo, mas que não alivia o trabalhador idoso, de continuar a trabalhar, ou pedir esmola, ou ainda depender da generosidade de familiares ou da caridade de doadores.

Pirâmide da População Moçambicana



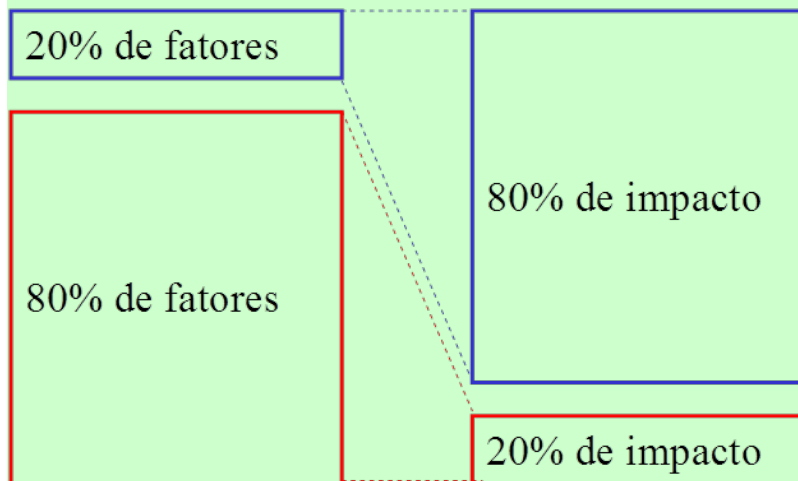
Objectivos da Pensão Universal

- 1) Fornecer ao idoso uma **pensão minimamente dignificante** em vez de humilhante;
- 2) Devolver ao idoso a **dignidade e prestígio** que possuía quando o regime demográfico (pré-transicional) era estável, viável e equilibrado;
- 3) Fomentar a coesão familiar e comunitária **reforçando o poder negocial do idoso** entre os membros do agregado familiar, através de uma pensão com valor mínimo em vez de irrisório;
- 4) **Combater a onda de insegurança individual** do idoso, sobretudo, abandono, feitiçaria e violência física e psicológica;
- 5) Permitir aos idosos contribuam para **libertar a família da estagnação** económica, em prol de um desenvolvimento económico realmente inclusivo e progressivo;
- 6) **Acelerar a transição demográfica**, nomeadamente a transição da fecundidade, reforçando a solidariedade intergeracional entre avós e netos, idosos e crianças;
- 7) **Compensar os idosos pelo destino injusto**, por vezes trágico, a que as políticas públicas os expuseram na idade economicamente activa;
- 8) Considerando que o futuro é imprevisível, a maneira de prevenir o futuro é **criar reservas financeiras**, principalmente nas fases da vida jovem e adulta.
- 9) **Evitar o erro dos países avançados**, ao criarem sistemas de PS assentes no pressuposto implícito de que as populações permaneceriam eternamente jovens.

Operacionalização da Pensão do Idoso: racionalidade demográfica, económica e social

Princípio 80 / 20

Poucos “**vitais**” e muitos
“**triviais**”



O Princípio de Pareto pode ser usado para identificar os factores vitais na população, neste caso, os **5%** da população idosa, distribuídos por pelo menos **20%** dos agregados familiares. Fornecendo-lhe aos idosos uma pensão de valor mínimo (pelo menos **25% a 50% da renda média** nacional, baseada no PIB), espera-se um impacto valorizador e transformadora do grupo de idosos, até aqui convertido em “vulneráveis”, num grupo “vital” na coesão familiar e social e, em particular, na aceleração da transição demográfica moçambicana, em prol de um crescimento populacional mínimo e sustentável.

Custos e Benefícios de Três Cenários

Assumindo que o argumento em prol da Pensão Universal do Idoso Moçambicana é reconhecido como pertinente, plausível e relevante três questões surgem quanto à sua operacionalização prática:

- ❖ **Quais os custos de um pensão universal?**
- ❖ **Que implicações para os principais actores: FMI, OIT, Estado, Mega-Proj. e OSC?**
- ❖ **Que tipo de fundo de pensão estabelecer?**

Mais do que vontade política do Governo e seus parceiros internacionais, a pensão alternativa pressupõe **entendimento, visão e pressupostos** consistentes com a realidade demográfica e socioeconómica moçambicana, bem como uma perspectiva de desenvolvimento económico realmente comprometida com a segurança humana e os direitos humanos dos cidadãos. Um de nós tem alertado para o risco socialmente perigoso da tendência de criação de uma sociedade fragmentada em cidadãos “de 1ª” e “de 2ª” classes. Uma fragmentação causada por instituições políticas e económicas discriminatórias que geram mecanismos de protecção social pauperizantes, para a maioria, e confortantes para uma pequena minoria.

A chave para a operacionalização financeira de uma pensão universal encontra-se na criação de um fundo constituído conjugando recursos públicos e privados. Os recursos públicos deveriam derivar do Orçamento do Estado (OE), decorrentes a revisão criteriosa da alocação dos recursos, em que a protecção social passe a figurar explicitamente como uma de três componentes das despesas orçamentais: correntes, investimento e de protecção social. Qual seria o impacto macroeconómico de tal pensão?

Cenário 1: Discriminatório e Caritativo (PSA/PSSB)

Custo Anual

- 0,22% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 937 Milhões de Meticais (**31 Milhões** de US\$)
- 0,66% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **200,00 Meticais (6,7 \$US)**
- 17% do rendimento médio
- 13,8 PPP\$ (36% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 301.683 pessoas elegíveis
- 25% da população com 60+ anos
- 1,3% da população total

Quanto custa o actual cenário de apoio público ao idoso?

Uma pensão como a que é fornecida pelo PSA/PSSB, com um valor de 200 (\$US6,7) Meticais/Mês atribuído a cerca de 300 mil idosos, é ridícula e discriminatória contra os restantes 75% excluídos do esquema. É caritativa e paternalista, sem perspectiva de fornecer um valor minimamente valorizador e competitivo, enquanto os critérios de selecção dos beneficiários são subjectivos e arbitrários.

Cenário 2: Se o PSA/PSSB fosse Universal, mas ainda Caritativo

Custo Anual

- 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 3 Mil Milhões de Meticais (**100 Milhões** de US\$)
- 3,2% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **200,00 Meticais (6,7 \$US)**
- 17% do rendimento médio
- 13,8 PPP\$ (36% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

Quanto custaria o Cenário 2?

Uma pensão universal, no valor da pensão actual do PSA/PSSB, cerca de 200 Meticais (\$US6,7) por Mês, teria um mérito - respeitaria o princípio de universalidade, evitando assim a discriminação da maioria de idosos elegíveis.

O custo desta opção seria de **100 milhões de \$US em 2012; ou seja, 0,9% do PIB e 3,2% da Despesa Pública.**

Apesar de universal, a atribuição de um valor irrisório de 200 Meticais mensais, apenas serviria (e mal!) para consumo pessoal. Tal pensão não valorizar, tanto em termos de estatuto social como na função económica transformadora.

Cenário 3: Pensão Universal, Quanto Custaria?

Custo Anual

- 3,39% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 11.250 Mil Milhões de Meticais (**380 Milhões** de US\$)
- 12,11% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **750,00 Meticais (25 \$US)**
- 63,43% do rendimento médio
- 51,87 PPP\$ (135,78% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

E se o valor for de 750 Meticais mensais (\$25), cerca de 25% do salário mínimo nacional? Acredita-se que um valor destes já assuma impacto, tanto económico como negocial.

O custo da opção não é incomportável para o Orçamento de Estado, se o Governo o comparar com o custo da opção, de deixar a população à sua conta e risco.

A acessibilidade depende de uma série de factores, incluindo: **custos, espaço fiscal, opções de financiamento e, mais importante, política.** Conhecer o custo da pensão é uma coisa, mas o espaço fiscal para acomodar tal custo é outra. **Espaço fiscal é a parte no/do orçamento que permite fornecer recursos, neste caso para a pensão, sem pôr em causa a sustentabilidade da sua posição financeira** (HelpAge, 2012).

Parte IV

Discussão - Implicações e Considerações Prospectivas

Nem 8, Nem 80!

Protecção Universal

- Na perspectiva estruturante a melhor protecção social que pode ser garantida aos jovens e adultos é oportunidade e liberdade social, política e económica para produzirem os seus meios de sustento, poupança e segurança individual.
- A assistência social focalizada nos idosos visa proporcionar o equilíbrio intergeracional indispensável ao sistema reprodutivo e produtivo. Existem, também, pessoas incapacitadas por varias razões que também precisam de assistência.

Assistencialismo Absolutista e Insustentável

Que futuro para a Protecção Social?

A proposta de implementação de um pacote básico de Protecção Social para todos

O Artigo 22º da Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece que “Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à Segurança Social”.

- ✓ A Segurança Social é um **direito humano**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade social**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade económica**.
- ✓ A Segurança Social básica para todos é **viável do ponto de vista económico e fiscal**.

“Na Coreia do Sul, por exemplo, qualquer pessoa com idade entre 18-65 costumava ser inelegível para a assistência pública”, [New cradles to graves](#), *The Economist*, Sep 8th, 2012; Ver também, [Asia's next revolution](#)

Implicações Políticas e Práticas para Múltiplos Actores: **ESTADO**

O Estado, como “organização de meios políticos”, tanto pode promover e facilitar, como desincentivar e dificultar, o desenvolvimento dos meios económicos da sociedade e os mecanismos de protecção social, tanto demográficos como financeiros.

As avaliações independentes do ambiente de mercado e de negócios mostram que Moçambique possui um ambiente especulativo e hostil ao investimento produtivo amplo. A afirmação do FMI (2012, p. 1), “O desempenho macroeconómico de Moçambique continua vigoroso e a implementação do programa é positiva”, é correcta desde que devidamente contextualizar no ambiente “altamente especulativo” em vez de “investimento” acontece. Por outro lado, mais importante do que os “riscos elevados a curto prazo por causa da desaceleração económica mundial”, são os elevados riscos a longo prazo decorrentes da economia de subsistência e estagnada prevalente na economia nacional.

Como advertiu recentemente o FMI: “...Moçambique depara-se com uma redução da ajuda externa que dificulta os planos de investimento”. O FMI prevê que os fluxos de ajuda líquida baixem do pico de 14,5% do PIB, em 2009, para 10% do PIB a partir de 2012. Uma diminuição atribuída, em parte, ao efeito da crise mundial, mas por outro lado, à tendência dos doadores condicionarem o apoio geral ao desempenho do orçamento e passaram a reorientarem os fundos para sectores ou projectos, o que poderá dificultar a previsibilidade da execução orçamental (FMI, 2012, p. 16).

Implicações Políticas e Práticas para Múltiplos Actores: GOVERNO

Presentemente, o Executivo do Estado Moçambicano compreende organismos e governantes que promovem opções instituições políticas e económicas visivelmente contraditórias. De um lado, o Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), com apoio de um conjunto de parceiros internacionais realiza acções assistencialistas que poderão beneficiar significativamente se a sociedade privilegiar instituições políticas e económicas promotoras de um ambiente de mercado inclusivo, produtivo e saudável para a criação de um ambiente de negócios saudável e atractivo para investimento produtivo. Só um ambiente económico destes pode ser favorável ao desenvolvimento de mecanismos de protecção social financeiros modernos.

Por outro lado, entidades como o Ministério do Trabalho, e em particular o já emblemático INSS, representa uma linha de força regressiva, extractiva, de corrupção e desfalques sucessivos que conduzem a inviabilidade de qualquer mecanismo público de segurança social. Como se refere atrás, o FMI colocou nas suas prioridades, “Reformar o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)”, mas o mais recente relatório (Junho 2012, No. 12/148) nada diz sobre o assunto, apesar das manchetes sobre a nova vaga de denúncias de desvios de fundos.

Que Fundo de Pensão Universal para Idosos, considerando os escândalos do INSS?

A imprensa nacional tem divulgado nova onda de desvios financeiros escândalos no INSS. Perante a experiência de sucessivos desvios dos fundos dos contribuintes no INSS, qualquer fundo universal de pensões teria que surgir bem longe do INSS, e com uma intervenção do Estado limitada, sobretudo em termos de gestão. Isto é o mínimo para que o Estado possa vir a recuperar a confiança do cidadão.

Tomás Vieira Mário diz que problemas do INSS não se resolvem com substituição de pessoas

Terça, 07 Agosto 2012 00:14 Redacção **“Caso INSS” - Parte II**

9/06/2012

INSS pagou 1 milhão USD por uma casa que não existe

Alegadamente para o seu PCA.



Instrumentos de gestão do INSS devem ser revistos e autores responsabilizados

Terça, 14 Agosto 2012 00:02 André Manhice



Inocêncio Matavele

“Ecos dos escândalos financeiros do caso INSS”.

SENHORA MINISTRA DO TRABALHO

Há muito que os contribuintes esperam ouvir o resultado do Inquérito ao INSS, algo que está sendo adiado apenas porque os escândalos são assustadores contudo, é preciso Senhora Ministra, ter coragem e mostrar serviço

Quadros do INSS continuam a delapidar fundos dos contribuintes

Quinta, 21 Junho 2012 00:00 Redacção

Adelino Buque Um dos administradores do INSS em representação da CTA

CTA distancia-se da má gestão do INSS.



Versão actualizada 12.09.12

Implicações Políticas e Práticas para Múltiplos Actores: **FMI E OUTROS DOADORES**

As Instituições de Bretton Woods, principalmente o FMI, continuam a jogar um papel crucial na estabilidade e monitoria do sistema formal macroeconómico e financeiro de Moçambique. Se Moçambique mantém as notações de risco em “B+/B/estável”, conforme indica o Slide 25, deve-se em grande parte ao apoio financeiro da chamada ajuda programática dos países doadores, ao cobrir o défice orçamental e externo. Porém, do ponto de vista de segurança humana e protecção social, este tipo de estabilidade em ambiente “altamente especulativo” (B+, segundo a S&P) está longe de ser satisfatória e prometedora. Pelo contrário, é um forte sinal para que os mais abastados e bem sucedidos ponham suas poupanças em activos financeiros em mercados muitos mais confiáveis do que Moçambique. Neste contexto, o FMI poderia assumir um liderança mais pro-activa e progressiva, em defesa do cidadão, em vez da actual gestão reactiva, complacente e paternalista. O mandato do FMI não é converter-se numa espécie agência humanitária e caritativa; muito menos converta-se num INSS do Estado, enquanto o “INSS” do Governo se especializa no saque recorrente e impune do dinheiro dos contribuintes, em proveito de interesses instalados no Estado. Se o FMI passasse a assumir uma postura proactiva, em vez de reactiva, progressiva em vez de paternalista, resolveria a CONTRADIÇÃO SOBRE O CONSENSO referida no Slide 27. Estabilidade macroeconómica num ambiente especulativo, ou no “lixo”, usando o jargão financeiro, não pode ser tranquilizante e satisfatória. Não vai ser fácil que FMI mude de postura, considerando a sua tradição em apoiar governos financeira e tecnicamente incompetentes (Francisco et al., 2011, p. 302). De qualquer forma, o FMI tem um compromisso para com o País que deve ser consistente com a sua missão de Banco dos Bancos Centrais, em vez de uma espécie de INSS do sistema financeiro internacional.

Implicações Políticas e Práticas para Múltiplos Actores: **MEGA-PROJECTOS**

Recentemente, as expectativas sobre os elevados dividendos públicos dos mega-projectos de extracção mineira aumentaram significativamente. Porém, a possibilidade das novas receitas públicas virem a contribuir para um desenvolvimento económico com protecção social inclusiva e digna, depende menos do montante das arrecadações fiscais às empresas produtivas do que da natureza do próprio Estado.

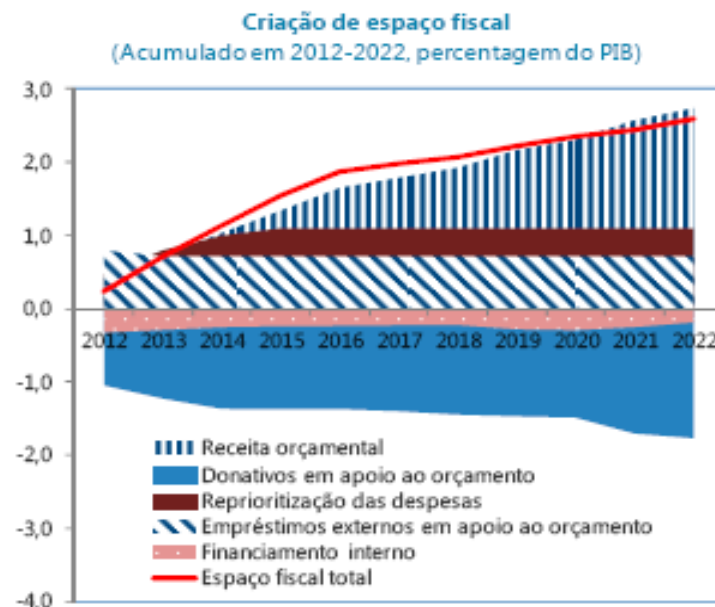
Como organização de meios políticos, se o Estado continuar a privilegiar meios extractivos, predadores e despesistas, a favor de interesses instalados no próprio Estado, é improvável que as novas receitas públicas contribuam um desenvolvimento económico com protecção social inclusiva.

Com uma agenda clara para a criação de fundo de pensões universais para idosos, transparente, com gestão eficiente e monitorada por organismos independentes, é possível criarem-se sinergias com os parceiros internacionais para as multinacionais e empresas nacionais contribuam para tal fundo.

Implicações Políticas e Práticas para Múltiplos Actores: **Sociedade Civil**

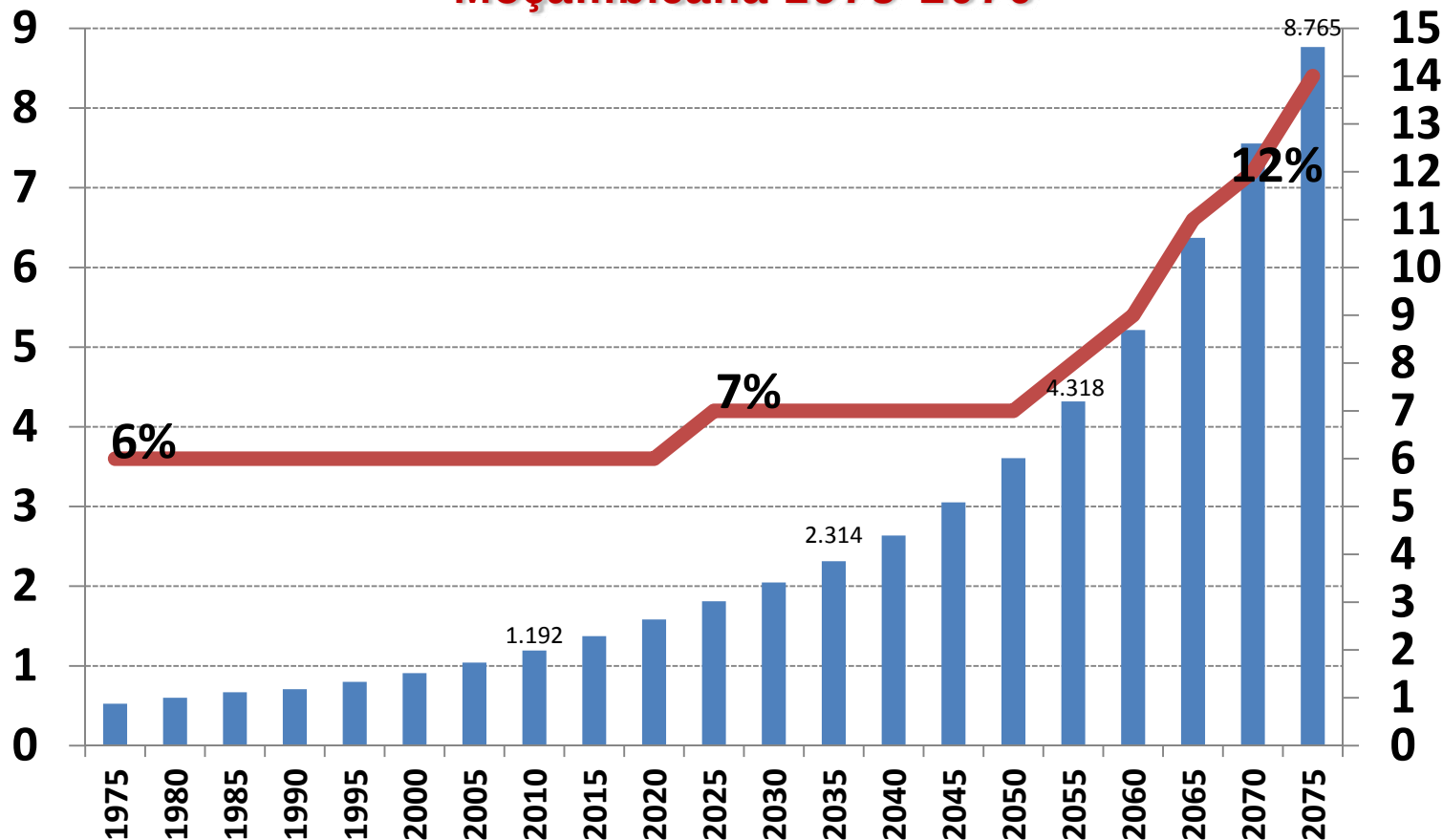
As Organizações da Sociedade Civil (OSC) deveria contribuir para a análise criteriosa e mais transparente das despesas orçamentais e sua eventual repriorização, tendo em conta, neste caso, os objectivos do seu contributo para uma pensão universal para idosos

Recentes análises do corpo técnico do FMI admitem a possibilidade de criação de um espaço fiscal adicional de 2,5% do PIB cumulativamente de 2012 a 2022, o qual poderia ser afectado a todos os programas de despesas prioritárias do governo. Os ganhos resultantes do prosseguimento das reformas na administração de receitas e a repriorização da despesa através da eliminação gradual do subsídio aos combustíveis constituiriam as forças motoras no processo, que mais do que compensariam a tendência de redução da ajuda externa (FMI, 2012, p. 21).



Será Possível Enriquecer antes de Envelhecer? Como Garantir uma PS Digna antes de Envelhecer?

Taxa de Dependência da População Idosa Moçambicana 1975-2070



Conclusão

A partir da investigação realizada pelo IESE, ao nível da protecção social, defendemos neste trabalho que uma pensão universal para idosos é necessária, desejável, possível e sustentável, desde que concebida numa perspectiva estruturante em de meramente assistencialista, caritativa e humanista. Para isso, mais do que vontade política do Governo e seus parceiros internacionais, será preciso rever a perspectiva sobre o papel da protecção social no desenvolvimento económico e humano. Uma revisão que tome em consideração a dinâmica e estrutura demográfica da população moçambicana, bem como uma perspectiva de desenvolvimento económico focalizada na segurança humana e respeito pelos direitos humanos.

Se um Estado não é capaz de conceber uma política pública de PS que valorize e dignifique os 5% da sua população idosa, a população “vital” do sistema reprodutivo, das duas uma: Não tem uma política consistente com o que declara; ou seja, consistente com os direitos humanos; ou então, falta-lhe competência mínima, de gestão técnica, e entendimento elementar da função dos recursos públicos. Se não é capaz de alocar pelo menos 25% do valor do salário mínimo em 2012, que Estado é este? Os moçambicanos merecem um Estado destes? Até quando irão tolerá-lo? O artigo em que se inspira esta apresentação será partilhado publicamente, dentro em breve, devendo ser apresentado em duas conferências internacionais a realizar ainda este ano:

-1st IAGG Africa Region Conference on Gerontology and Geriatrics – “Ageing Africa: Beyond Madrid +10”, Cape Town, 17-20 October 2012;

- High-level Conference on “Social Security Systems in Developing Countries” held by the Friedrich Ebert Stiftung on November 13th in Brussels at European Parliament.

Principais Referências (1/2)

- Assembleia da República, 2007. *Lei nº 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social)*, Available at: www.atneia.com.
- Conselho de Ministros, 2002. *Política para a Pessoa Idosa e a Estratégia de sua Implementação. Boletim da República, I Série Nº 45, 12 de Novembro.*, Available at: http://www.mmas.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=168:politica-para-a-pessoa-idosa-e-a-estrategia-de-sua-implementacao&catid=98:politicas&Itemid=291
- Francisco, A., 2010a. Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique: Dinâmicas Recentes e Cenários Prospectivos. www.iese.ac.mz/lib/publication/conf_oit/Antonio_Francisco.pdf.
- Francisco, A., 2010b. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. de Brito et al., eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37–95. www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2011a. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A., 2011b. Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente. In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 231–282. www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2012. Política Pública e Intervencionismo: Porque Existe o PARP em Moçambique? In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 259–294. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A. & Muhorro, S., 2011. Pauperização Rural em Moçambique na 1a Década do Século XXI. *IDeIAS*, Boletim Nº 34~, 8 de Abril. www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.
- Francisco, A. & Sugahara, G.T.L., 2012. Population Ageing in Mozambique: Achievement, Threat or Opportunity? www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/IESE_sem_PS.pdf.
- Galor, O., 2011. *Unified Growth Theory* 1a ed., Princeton: Princeton University Press.
- HelAge International, 2012. What and where? | About social pensions | Pension watch. *Pension Watch - Social Protection in Older Age*. Available at: <http://www.pension-watch.net/about-social-pensions/about-social-pensions/social-pensions-around-the-world/>.
- GdM, 2009a. Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014.
- HelAge International, 2012. What and where? | About social pensions | Pension watch. *Pension Watch - Social Protection in Older Age*. Available at: <http://www.pension-watch.net/about-social-pensions/about-social-pensions/social-pensions-around-the-world/> [Accessed September 2, 2012].
- Heller, P., 2005. Fiscal Space: What It Is and How to Get It. *Finance and Development / F&D*, 42(2). Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/06/basics.htm> [Accessed June 18, 2012].
- Holmqvist, G., 2010. *Fertility Impact of Social Transfers in Sub-Saharan Africa - - What about pensions?*, The University of Manchester. Available at: www.manchester.ac.uk/bwpi [Accessed September 2, 2012].
- Holzmann, R. ed., 2009. *Social Protection and Labor at the World Bank 2000-2008*, Washington, DC: The World Bank. Available at: www.gsdr.org/go/display&type=Document&id=3814 [Accessed September 4, 2012].
- ILO & IMF, 2012. *Towards Effective and Fiscally Sustainable Social Protection Floors. Preliminary Draft 10 May 2012.*, Washington. Available at: <http://www.socialsecurityextension.org/gimi/gess/RessShowRessource.do?ressourceId=30810>.

Principais Referências (2/2)

- IMF, 2012. Republic of Mozambique: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding. *International Monetary Fund*. Available at: www.imf.org/external/country/MOZ/index.htm [Accessed June 20, 2012].
- INE, 2010a. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Available at: http://www.ine.gov.mz/populacao/projeccoes/proj_pop_moz/ [Accessed June 17, 2011].
- Jones, S. & Tarp, F., 2012. *Jobs and Welfare in Mozambique*, Copenhagen. Available at: <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/EXTNWDR2013/0,,contentMDK:23280417~pagePK:8261309~piPK:8258028~theSitePK:8258025,00.html> [Accessed October 10, 2012].
- Kakwani, N. & Subbarao, K., 2005. *Ageing and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions*, United Nations Development Programme, International Poverty Centre.
- Koch, R., 1999. *The 80/20 Principle: The Secret to Achieving More with Less* Reprint., Crown Business.
- Niño-Zarazúa, M.A. et al., 2010. Social protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom? Available at: <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/22422/> [Accessed August 31, 2012].
- Niño-Zarazúa, M.A., 2012. *UNU-WIDER: Social Protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom?*, Stockholm: UNU-WIDER. Available at: http://www.wider.unu.edu/events/research-presentations/seminars/en_GB/23-05-2012-Sweden/ [Accessed August 31, 2012].
- OCDE, 2005. Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Available at: <http://www.oecd.org/dac/aideffectiveness/38604403.pdf>.
- Oppenheimer, F., 1908. *The State: Its History and Development Viewed Sociologically*, Available at: <http://mises.org/document/4970/The-State-Its-History-and-Development-Viewed-Sociologically>.
- Oppenheimer, S., 2010. Journey of Mankind: The Peopling of the World. Available at: <http://www.bradshawfoundation.com/journey/> [Accessed September 3, 2012].
- UN, 2011. World Population Prospects, the 2010 Revision. *United Nations (UN)*. Available at: <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp> [Accessed July 1, 2011].
- Wartonick, D., 2009. *Developing an Effective Pension System in Mozambique: A Review of the Pension Program in Mozambique*, Washington, D.C.: Nathan Associates Inc. for review by the United States Agency for International Development.
- World Bank, 2012. Social Protection & Labor - Social Protection & Labor Strategy 2012-2022. Available at: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALPROTECTION/0,,contentMDK:23043115~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:282637,00.html> [Accessed August 28, 2012].



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz